

A greve dos marítimos (1931)

No mês de janeiro de 1931, *O Setubalense* declina, em vários tons, a enorme crise económica que a cidade vive: «Nunca como neste momento foi tão grave a situação económica dos trabalhadores (...). Os operários de Setúbal, principalmente os que vivem da indústria conserveira, estão na maior das misérias e encontram-se sob peso de enormes dificuldades».

Os trabalhadores marítimos serão os que vão ter mais capacidade de reagir à degradação das condições de vida e trabalho.

Em 2 abril de 1931, os pescadores iniciam uma greve em que reivindicam aumentos de salários, descanso quinzenal de 48 horas, simplificação do contrato de matrícula, uma percentagem de 35% sobre o produto bruto da pesca e uma diária de 4\$00.

À paralisação aderiram, também, os maquinistas e os fogueiros. A greve afeta toda a atividade económica da cidade.

Os marítimos não se limitam a não ir para o mar. Manifestam-se junto à Capitania e, depois, junto ao edifício do Governo Civil. Pressionam, através desta manifestação, os armadores e o Governo. Como resposta, as forças policiais prendem alguns dos ativistas mais conhecidos, como Xico Cagarrão e Jaime Rebelo, no sentido de quebrar a combatividade dos grevistas.

A greve terá o apoio da CGT (anarcossindicalista), que colabora na sua organização, tendo alguns dos seus dirigentes chegado a participar nas negociações com a Capitania e o Governo Civil. A greve será também apoiada pelo Comité Local do PCP.

Em 16 abril, *O Setubalense* dá o conflito como resolvido: «Prosseguem as negociações entre pescadores e armadores dos cercos estando a questão quase solucionada (...)».

É ainda *O Setubalense* que, em 21 de abril, traz novas informações sobre a greve: «não tem sido possível chegar a um acordo, em virtude de as propostas



Greve dos marítimos de 1931.
O Setubalense 4/5/1931



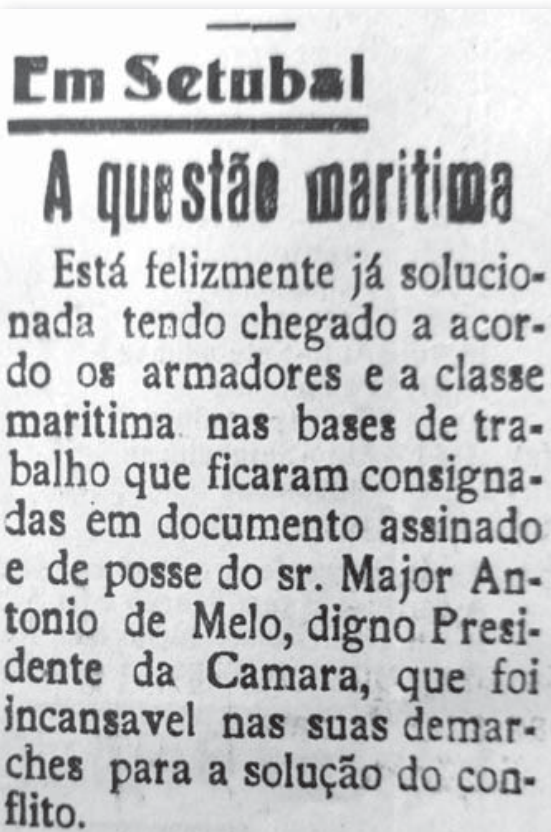
Greve dos marítimos de 1931. O Setubalense, de 9 de maio de 1931 assume compreensão para com as reivindicações dos grevistas

feitas pelos armadores, manterem pontos de vista absolutamente opostos aos dos marítimos e verifica-se pelo seu estudo que representam sempre piores condições umas do que as outras.»

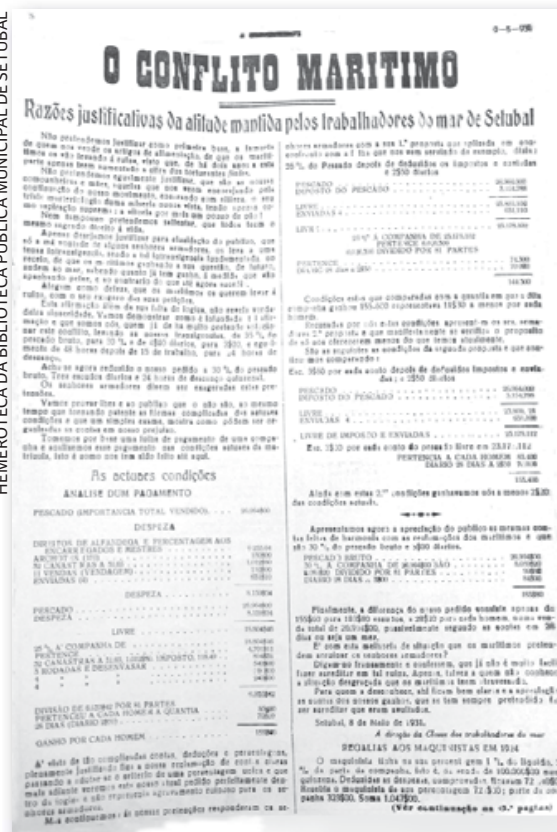
A paralisação tinha-se prolongado por três semanas, terminando com um acordo com os armadores que incluía a libertação dos trabalhadores presos. Grande número de trabalhadores vai mesmo para o mar. No entanto, os patrões acabam por não cumprir o acordado e os marítimos abandonam a faina e voltam à luta, apesar da precariedade em que se encontram. A fome rondava-lhes a casa e a família.

Inesperadamente, a luta dos marítimos vai ter um segundo fôlego em condições mais duras e difíceis. Só o enorme desespero e o sentimento de traição ao que já tinha sido acordado permitem encontrar novas forças para iniciar mais um processo de luta, que não se sabia como iria terminar.

O conflito vai durar ainda mais dois meses, prolongando-se até ao fim de junho. No dia 4 de maio podemos constatar o prosseguimento da luta pelo



Greve dos marítimos de 1931. O *Setubalense*, de 19 de junho de 1931, anuncia o fim do conflito



Greve dos marítimos de 1931. *O Setubalense*, de 18 de abril de 1931, denuncia a interferência do PCP na greve

título d'*O Setubalense* – «O conflito marítimo» – que responsabiliza os patrões pelo fracasso das negociações – «Por mais se espera a resolução do conflito que se arrasta entre as classes marítimas e os armadores (...) falta espírito de transigência e boa vontade se manifeste do lado dos senhores armadores (...)».

No final do mês de junho, passamos a ter indícios de que o conflito está próximo de ser solucionado. Neste período há, praticamente, reuniões diárias, intermediadas pelo presidente da Câmara, Major António Melo.

Para o *Diário Republicano da Noite* «tudo parece encaminhar-se para uma rápida resolução do conflito marítimo». Em 30 de junho chega a anunciar o fim da greve. Na sua perspetiva, foi encontrada a solução em que não houve vencidos nem vencedores.

Ao fim de mais de três meses de conflito, o acordo alcançado consagrava um salário fixo e uma percentagem fixa de 2\$50 por dia. No entanto, estes valores continuavam a ser muito inferiores ao que era considerado mínimo para uma subsistência digna.

A Capitania do Porto de Setúbal, em agosto de 1931, aproveitando o fim da greve, manda prender o que considera o «soviete» dos marítimos.

Os armadores, com o apoio explícito do Capitão do Porto de Setúbal, e também do Governador Civil, aproveitam a oportunidade para ajustar contas com aqueles que mais se tinham destacado durante este confronto.

A Associação dos Trabalhadores do Mar de Setúbal emite um comunicado ameaçando reatar a luta. Alguns cercos chegam a paralisar a atividade, mas não haverá ânimo para prosseguir esta luta.

Estamos perante um movimento operário quase destroçado e incapaz de novas mobilizações.

É verdade que na greve dos marítimos encontramos ainda uma grande determinação, coragem e vontade de lutar contra todas as adversidades, e é verdade que encontramos padrões de ação que aproximam esta luta dos combates sociais violentíssimos do pós-guerra e do início da década de vinte; mas é também verdade que, em vez da negociação autónoma, estes trabalhadores procuram e recorrem cada vez mais aos representantes do poder (presidente da Câmara Municipal e Governador Civil) para intermediar a conflitualidade com o patronato ou mesmo «implorar» junto das autoridades soluções para resolver a crise. **[AAC]**